



II Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población

Guadalajara, México, 3 – 5 de Septiembre de 2006

**La demografía latinoamericana del siglo XXI
Desafíos, oportunidades y prioridades**

Um estudo comparativo da mobilidade social dos adolescentes no Brasil e Peru em 2003

Julio Alfredo Racchumi Romero

CEDEPLAR/UFMG

julio@cedeplar.ufmg.br

Clarissa Guimarães Rodrigues

CEDEPLAR/UFMG

Laetícia Rodrigues de Souza

CEDEPLAR/UFMG

UM ESTUDO COMPARATIVO DA MOBILIDADE SOCIAL DOS ADOLESCENTES NO BRASIL E PERU EM 2003¹

Julio Alfredo Racchumi Romero

(Cedeplar/UFMG/Brasil – julio@cedeplar.ufmg.br)

Clarissa Guimarães Rodrigues

(Cedeplar/UFMG/Brasil – clarissa@cedeplar.ufmg.br)

Laetícia Rodrigues de Souza

(Cedeplar/UFMG/Brasil – laeticia@cedeplar.ufmg.br)

1. Introdução

Mobilidade social refere-se ao processo pelo qual um indivíduo ou grupo de indivíduos se move entre diferentes segmentos ou estratos da sociedade. Pastore e Valle Silva (2004) mostram que no Brasil houve uma intensa mobilidade social ascendente nas últimas décadas. Em 1973, 65% dos chefes de família pertenciam ao estrato social “baixo inferior” – composto por trabalhadores com baixa qualificação como lavradores, pescadores, braçais do meio rural, etc. – enquanto apenas 32% de seus filhos se encontravam neste estrato social. Em 1996, o mesmo fenômeno ocorreu, indicando um processo de encolhimento da base da pirâmide social ao longo do tempo. Em um estudo realizado para o Peru, relacionado à mobilidade social dos domicílios, Gálvez e Lloncop (2000) observaram que a produtividade da força de trabalho, a qualidade da educação e a facilidade de acesso ao crédito e seu uso adequado são os principais fatores associados à transição dos domicílios para a condição de pobres e não pobres.

A mobilidade social é afetada por diversas características individuais e familiares, como a cor, o sexo, a condição socioeconômica, entre outras. Muitos estudos mostram que indivíduos de cores pretas e pardas têm maiores dificuldades de ascensão social por causa da discriminação racial. Além disso, há também a discriminação por sexo e, neste caso, as mulheres se encontram em pior situação. O nível socioeconômico da família afeta a mobilidade social através da educação que é transmitida dos pais para os filhos. Em geral, pais com níveis de instrução e renda mais elevados são capazes de fomentar os hábitos de estudo de seus filhos através do estímulo ao aprendizado e da manutenção das crianças na escola. Como consequência, as crianças permanecem no sistema de ensino por mais tempo e adquirem níveis mais elevados de escolaridade. A educação formal, dada pelo número de anos completos de estudo, é uma *proxy* da qualificação do indivíduo e é positivamente associada às chances de progressão na estrutura social.

Neste trabalho, o índice de mobilidade social é construído com base no efeito das características socioeconômicas das famílias sobre os resultados educacionais de seus filhos adolescentes. Utiliza-se a metodologia proposta por Andersen (2001), que estima regressões por mínimos quadrados para analisar a associação entre o *background* familiar e a defasagem idade-série dos adolescentes. Em seguida, as estatísticas das regressões são utilizadas na decomposição de Fields (2004) para quantificar a importância da renda e escolaridade dos pais nos resultados escolares de seus filhos. Neste sentido, quanto mais importantes forem as características familiares nos resultados educacionais dos adolescentes, menor será o índice de mobilidade social, sendo o contrário verdadeiro. Como medida de resultado educacional, utiliza-se a defasagem idade-série, pois neste indicador estão embutidos alguns aspectos importantes da trajetória escolar dos estudantes, como a entrada tardia no sistema de ensino, a repetência e a evasão escolar.

¹ Trabajo presentado en el II Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población, realizado en Guadalajara, México, del 3 al 5 de septiembre de 2006.

Este método é aplicado para todos os Estados e Departamentos do Brasil e Peru, respectivamente, no ano de 2003. No estudo realizado por Andersen (2001), encontrou-se que o Brasil e Peru, em 1997, situavam-se próximos aos dois extremos dos índices de mobilidade social calculados para todos os países da América Latina. O Brasil apresentava-se como o segundo país com menor mobilidade, superando apenas a Guatemala, enquanto o Peru apresentava-se como o quarto país da América Latina com maior mobilidade. Neste trabalho, pretende-se fazer uma análise comparativa da mobilidade social entre o Brasil e Peru, levando em consideração as diferenças entre os Estados e Departamentos que formam esses países.

2. Dados

Os dados para o Brasil foram extraídos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE) e para o Peru utilizou-se a Encuesta Nacional de Hogares sobre Condiciones de Vida y Pobreza (ENAH/INE), ambas realizadas em 2003. Estas bases de dados contêm informações sobre as características sócio-demográficas e econômicas dos indivíduos, famílias e domicílios no Brasil e Peru.

Para o Brasil, a amostra selecionada constitui-se de 43.770 adolescentes de 12 a 18 anos de idade, filhos do chefe da família. A mesma restrição amostral foi utilizada para o Peru, constituindo-se um total de 12.531 adolescentes. Desta forma, foram excluídos da análise os adolescentes que são chefes, cônjuges, netos ou agregados, permanecendo apenas aqueles que ainda residem com pelo menos um dos pais. Considerou-se como pai (mãe) do adolescente, o homem (mulher) responsável pela família, sem que este tenha sido necessariamente o genitor (genitora).

As informações individuais, familiares e domiciliares dos adolescentes, selecionadas para o cálculo do índice de mobilidade social, foram: defasagem escolar, sexo, raça/cor², idade, ordem de nascimento, nível de escolaridade máximo do pai ou da mãe (o que for maior), família monoparental chefiada por mulher, número de filhos na família, renda domiciliar³ *per capita*, área de residência (rural ou urbano), domicílio situado na região nordeste (no caso do Brasil) e domicílio situado nas regiões Andina e Amazônica (no caso peruano)⁴.

De acordo com a amostra a ser analisada para o Brasil, 37% dos adolescentes não apresentam defasagem escolar, ao passo que 46% têm de 1 a 3 anos de atraso e 17% de 4 a 11 anos. Para o Peru, os resultados mostram que 45% não têm defasagem escolar, 43% têm de 1 a 3 anos de defasagem e apenas 12% mais de 4 anos. Em termos da defasagem média, os adolescentes peruanos apresentam 1,4 anos, enquanto os brasileiros possuem 1,7 anos. Quanto aos anos de estudo, os brasileiros e peruanos têm, em média, 6,25 e 7,6 anos, respectivamente. Ainda com relação às características individuais, 47% dos adolescentes são do sexo feminino no Brasil, 49% são brancos e a idade média é de, aproximadamente, 15 anos de tal forma que os adolescentes se encontram bem distribuídos dentro da faixa etária de 12 a 18 anos. Além disso, eles têm, em média, 2 irmãos, sendo que 13% são filhos únicos e 73% têm de 1 a 3 irmãos. No caso do Peru, 48% são adolescentes femininas, com uma média de 3 irmãos, 6% são filhos únicos e 86% têm de 1 a 5 irmãos.

Partindo para uma descrição das características domiciliares, observa-se que, no Brasil, 19% dos adolescentes residem em domicílios monoparentais chefiados por mulher. No Peru estes adolescentes representam apenas 15,5% da amostra. Quanto à situação do domicílio, 18% dos adolescentes brasileiros residem na área rural e 31% residem na região Nordeste do país, ao passo

² Devido à não existência desta informação na base de dados peruana, esta variável foi inserida apenas no cálculo do índice de mobilidade social para o Brasil.

³ A renda domiciliar *per capita* foi construída com base nos rendimentos de todas as fontes.

⁴ As duas últimas variáveis foram inseridas apenas nos modelos para os índices de mobilidade nacionais.

que no Peru, 41% na área rural e 56% nas regiões Andina e Amazônica. Finalmente, em se tratando das características do *background* familiar, em média, a educação máxima dos pais destes adolescentes é de 6,5 anos de estudo para o Brasil e 7,6 no Peru; e a renda per capita domiciliar situa-se em torno de R\$ 293 (US\$100) no Brasil, enquanto no Peru S/. 273,61 (US\$78).

Quando se analisa os adolescentes peruanos segundo o sexo, não se observa diferença significativa nos anos de estudos e defasagem, assim como nas variáveis familiares e de localização dos domicílios. Já, quando se realiza a mesma segregação na amostra do Brasil, há uma diferenciação por sexo em favor das meninas, no sentido de que elas são, em média, mais escolarizadas e apresentam uma menor defasagem escolar em relação aos meninos.

3. Metodologia: O Índice de Mobilidade Social

Muitos estudos têm sido desenvolvidos para estimar um índice de mobilidade social (IMS) para os países latino-americanos. Neste estudo, utilizar-se-á o índice proposto por Andersen (2001) que representa um aperfeiçoamento de índices desenvolvidos anteriormente. Dentre as vantagens comparativas deste índice, destacam-se: 1) o método utilizado para determinar o *background* familiar não depende da escala de medida (por utilizar a decomposição de Fields), permitindo com maior flexibilidade a comparação entre países e regiões; 2) o método não requer o uso de ponderações para as diferentes variáveis do *background* familiar e; 3) este método permite incluir os adolescentes que possuem apenas um dos pais (já que utiliza a escolaridade máxima do pai ou da mãe).

A mobilidade social pode ser influenciada tanto pelo mérito individual, quanto pelas características de *background* familiar. Diante destas implicações, estima-se uma regressão para os adolescentes de 12 a 18 anos, cuja variável resposta é a defasagem escolar, que se associa às seguintes covariáveis: educação máxima de um dos pais, idade, sexo raça/cor (apenas para o Brasil) e ordem de nascimento do adolescente, número de filhos e tipo de família, área de residência, região do país na qual se localiza o domicílio⁵ e renda domiciliar per capita. Após definir e estimar a regressão, utiliza-se a decomposição de Fields para as duas variáveis utilizadas como *proxy* do *background* familiar: a renda domiciliar *per capita* (*rendpc*) e os anos de estudo máximo dos pais (*edumax*). Esta decomposição permite avaliar a importância de cada covariável através das contribuições relativas ao fator de desigualdade (S_{xi}). Assim, o Índice de Mobilidade Social é dado por:

$$IMS = 1 - \left(+ S_{rendpc} + S_{edumax} \right)$$

4. Resultados

Os resultados da regressão e da decomposição Fields (Tabela 1) mostram que o nível máximo de educação dos pais é a variável de maior importância para explicar a variação na defasagem educacional dos adolescentes peruanos ($S_{edumax}=12\%$). Em segundo lugar, os fatores mais importantes são a renda domiciliar *per capita* e a idade do adolescente ($S_{Inrendpc}=S_{idade}=5,3\%$). Resultados similares também foram observados quando se analisa a defasagem escolar segundo regiões naturais, departamentos, áreas de residência e sexo.

Quando se analisam os coeficientes da regressão, a área de residência é um fator importante na explicação da defasagem escolar entre os adolescentes do Peru. Aqueles que residem nas áreas rurais têm, em média, 0,4 anos a mais de defasagem educacional em relação aos adolescentes das áreas urbanas. Comportamento semelhante observa-se na desagregação

⁵ Lembrando que esta variável é utilizada apenas no cálculo dos IMS's nacionais.

segundo o sexo. Entre as adolescentes mulheres, aquelas das áreas urbanas apresentam 0,54 anos menos de defasagem escolar em relação àquelas residentes nas áreas rurais.

A análise dos coeficientes das regressões também indica que os adolescentes que residem em domicílios monoparentais chefiados por mulher possuem maior desvantagem apenas nas áreas rurais. Estes adolescentes têm uma defasagem escolar 0,34 anos maior que os adolescentes que residem em domicílios chefiados por homens, sendo estes monoparentais ou não. Além disso, observa-se que a existência de um filho a mais no domicílio aumenta a defasagem educacional em 0,2 anos.

Tabela 1
Resultados da Regressão e da Decomposição de Fields - Brasil e Peru, 2003

Variáveis	Brasil			Peru		
	Regressão		Fator de Desigualdade (S_{xi})	Regressão		Fator de Desigualdade (S_{xi})
	Coefficiente	Desvio-padrão		Coefficiente	Desvio-padrão	
Escolaridade máxima do pai ou mãe (<i>edumax</i>)	-0,122 *	0,003	0,109	-0,116 *	4,671	0,121
Logaritmo da renda domiciliar per capita (<i>lnrendp</i>)	-0,218 *	0,012	0,039	-0,228 *	1,158	0,053
Idade do adolescente (<i>idade</i>)	0,293 *	0,005	0,076	0,213 *	1,978	0,053
Sexo de adolescente (<i>sexo</i>)	-0,575 *	0,018	0,023	0,023 *	0,500	0,000
Área de residência (<i>urbano</i>)	-0,317 *	0,028	0,012	-0,386 *	0,491	0,032
Região de residência (<i>nord</i>)	0,672 *	0,022	0,039	-	-	-
Raça/cor (<i>cor</i>)	-0,255 *	0,020	0,013	-	-	-
Número de filhos por família (<i>nfilhos</i>)	0,144 *	0,009	0,027	0,167 *	1,777	0,030
Ordem de nascimento dos filhos (<i>nordem</i>)	-0,075 *	0,012	-0,003	-0,193 *	1,261	0,003
Família monoparental e chefiada por mulher (<i>monomae</i>)	0,136 *	0,024	0,001	-0,071 *	0,362	0,000

Fonte dos dados básicos: IBGE, PNAD 2003 e INE, ENAHO 2003.

Nota: * significativo a 1%.

Partindo-se para a análise dos resultados para o Brasil, os coeficientes da regressão e os fatores de desigualdade (Tabela 1) revelam que o nível máximo de educação dos pais possui o maior coeficiente explicativo na defasagem educacional dos adolescentes brasileiros ($S_{edumax}=11\%$). O segundo fator mais importante é a idade do adolescente ($S_{idade}=7,6\%$). Resultados semelhantes também foram observados quando se analisa a defasagem escolar segundo grandes regiões, unidades da federação, áreas de residência e sexo.

De acordo com os coeficientes da regressão, no Brasil, uma adolescente mulher apresenta uma defasagem escolar cerca de 0,6 anos menor que um adolescente homem, *ceteris paribus*. Além disso, observa-se que a região de residência é uma variável importante para explicar os diferenciais de defasagem escolar entre os adolescentes brasileiros. Aqueles que residem na região Nordeste possuem, em média, 0,4 anos a mais de defasagem educacional em relação aos adolescentes que residem nas demais regiões do Brasil. Comportamento similar observa-se na desagregação segundo o sexo. Entre as adolescentes mulheres, aquelas residentes na região Nordeste apresentam 0,51 anos menos de defasagem escolar em relação àquelas residentes nas demais regiões. Entre os adolescentes homens esta diferença na defasagem educacional é ainda maior entre os nordestinos e os não-nordestinos (0,81 anos). Quando se desagrega segundo área de residência, também se observa um alto coeficiente explicativo para a variável “região de residência”. Ao considerar-se apenas os adolescentes residentes em áreas rurais do Brasil, observa-se que aqueles que residem na região Nordeste apresentam uma defasagem escolar muito superior à dos adolescentes residentes nas demais regiões brasileiras (1,1 anos).

A análise dos coeficientes das regressões também indica que os adolescentes brasileiros que residem em domicílios monoparentais chefiados por mulher não se encontram em desvantagem em relação aos adolescentes que residem em domicílios chefiados por homem, sendo eles monoparentais ou não. Além disso, os coeficientes mostram que a existência de um

filho a mais no domicílio aumenta a defasagem educacional em menos de 0,15 anos, considerando-se tanto a desagregação por sexo e área de residência.

As Tabelas 2 e 3 apresentam os índices de mobilidade social calculados para o Brasil e Peru, respectivamente.

Tabela 2
Índice de Mobilidade Social
Brasil, Regiões e Unidades da Federação, 2003

Unidades da Federação e Grandes Regiões	Total	Área de residência		Sexo	
		Urbana	Rural	Masculino	Feminino
NORTE	0,8185	0,8164	0,9327	0,8005	0,8302
Rondônia*	0,9113	0,9113	-	0,8506	0,9567
Acre*	0,8348	0,8348	-	0,7866	0,8710
Amazonas*	0,8510	0,8510	-	0,8929	0,7849
Roraima*	0,9026	0,9026	-	0,8963	0,9130
Pará*	0,7637	0,7637	-	0,7259	0,7905
Amapá*	0,8130	0,8130	-	0,7619	0,8659
Tocantins	0,8202	0,7838	0,9327	0,8090	0,8133
NORDESTE	0,8241	0,8251	0,9204	0,8038	0,8349
Maranhão	0,8330	0,8286	0,9020	0,8157	0,8457
Piauí	0,7533	0,7233	0,8984	0,7308	0,7582
Ceará	0,8582	0,8505	0,9391	0,8354	0,8730
Rio Grande do Norte	0,8275	0,8156	0,8883	0,8231	0,8052
Paraíba	0,8253	0,8290	0,8779	0,7968	0,8494
Pernambuco	0,8052	0,8043	0,9506	0,7773	0,8219
Alagoas	0,8202	0,7783	0,9351	0,8002	0,8374
Sergipe	0,8388	0,8568	0,8785	0,8110	0,8440
Bahia	0,8313	0,8438	0,9183	0,8156	0,8362
SUDESTE	0,9003	0,9057	0,9135	0,8921	0,9059
Minas Gerais	0,8867	0,8983	0,8923	0,8782	0,8913
Espírito Santo	0,9019	0,8963	0,9616	0,8759	0,9234
Rio de Janeiro	0,8678	0,8674	0,8953	0,8527	0,8824
São Paulo	0,9211	0,9207	0,9630	0,9202	0,9199
SUL	0,8802	0,8796	0,9098	0,8544	0,9030
Paraná	0,8956	0,8946	0,9389	0,8978	0,8885
Santa Catarina	0,8857	0,8874	0,8934	0,8518	0,9175
Rio Grande do Sul	0,8612	0,8618	0,9038	0,8122	0,9094
CENTRO-OESTE	0,8675	0,8676	0,9219	0,8488	0,8857
Mato Grosso do Sul	0,8953	0,8939	0,8820	0,8666	0,9116
Mato Grosso	0,8728	0,8677	0,9418	0,8837	0,8492
Goiás	0,8559	0,8503	0,9346	0,8313	0,8795
Distrito Federal	0,8895	0,8915	0,8135	0,8575	0,9179
BRASIL	0,8518	0,8593	0,8941	0,8340	0,8649

Fonte dos dados básicos: IBGE, PNAD 2003.

Nota: * Unidades da Federação sem informação para as áreas rurais.

Tabela 3
Índice de Mobilidade Social
Peru, Regiões e Departamentos, 2003

Departamentos e Regiões Naturais	Total	Área de residência		Sexo	
		Urbana	Rural	Masculino	Feminino
COSTA	0,8982	0,9175	0,8572	0,8938	0,9009
Arequipa	0,8689	0,9209	0,7912	0,8809	0,8489
Callao*	0,8605	0,8605	-	0,9478	0,8190
Ica	0,9542	0,9670	0,8939	0,9764	0,9149
La libertad	0,7517	0,8508	0,7768	0,7310	0,7734
Lambayeque	0,8985	0,9295	0,8840	0,8133	0,9540
Lima	0,9123	0,9171	0,8542	0,9357	0,8837
Moquegua	0,9390	0,9362	0,9695	0,9230	0,9501
Piura	0,8717	0,9136	0,8696	0,8441	0,8833
Tacna	0,9304	0,9259	0,9215	0,9275	0,9335
Tumbes	0,9330	0,9392	0,9033	0,9459	0,9178
SIERRA	0,7916	0,8661	0,8183	0,8096	0,7716
Abancay	0,8520	0,8787	0,8836	0,8072	0,8762
Ancash	0,8104	0,8935	0,8258	0,7892	0,8281
Ayacucho	0,8182	0,7854	0,8374	0,8128	0,8374
Cajamarca	0,8369	0,8615	0,8619	0,8308	0,8436
Cusco	0,6989	0,8374	0,7180	0,6808	0,7155
Huancavelica	0,8371	0,9816	0,8320	0,7969	0,8621
Huanuco	0,7416	0,7209	0,8047	0,7656	0,6808
Junín	0,9229	0,9734	0,8977	0,9162	0,9152
Pasco	0,8908	0,9253	0,8650	0,8304	0,9292
Puno	0,8575	0,8749	0,8696	0,8424	0,8603
AMAZONIA	0,8525	0,8890	0,8640	0,8545	0,8505
Amazonas	0,9006	0,8522	0,9329	0,9216	0,8755
Loreto	0,7454	0,8382	0,7502	0,7361	0,7585
Madre de Dios	0,9166	0,9698	0,8650	0,8687	0,9333
San Martín	0,8740	0,8799	0,8644	0,8764	0,8749
Ucayali	0,7935	0,8643	0,8035	0,8274	0,7652
PERU	0,8258	0,9017	0,8313	0,8377	0,8111

Fonte dos dados básicos: INE, ENAHO 2003.

Nota: * Departamento sem informação para as áreas rurais

Analisando-se os resultados para o Brasil, os adolescentes que residem em áreas urbanas apresentam uma mobilidade social inferior à dos residentes em áreas rurais (0,8593 e 0,8941, respectivamente). Considerando-se a desagregação por sexo, o índice de mobilidade social para os homens (0,8340) é inferior ao índice de mobilidade para as mulheres (0,8649).

Com relação aos índices de mobilidade social calculados para o Peru (Tabela 3), os adolescentes com residência na área rural apresentam uma mobilidade social inferior (0,831) aos adolescentes residentes na área urbana (0,902). Este resultado observa-se na maioria dos departamentos e regiões naturais do Peru (com exceção de Tacna, Abancay, Cajamarca, Puno e San Martín). Ao subdividir os adolescentes segundo o sexo, observa-se que uma pequena diferença de mobilidade social entre homens e mulheres (0,838 e 0,811, respectivamente). Além disso, a maior diferença de mobilidade social entre os sexos, encontra-se na região andina (0,04). Ademais, observa-se que os índices de mobilidade social do Brasil e Peru, embora sejam muito próximos, revelam que a mobilidade social brasileira é superior àquela observada no Peru.

5. Considerações finais

Este trabalho mostrou que, no ano de 2003, o Brasil apresentava um índice de mobilidade social (0,85) superior àquele encontrado no Peru (0,83), embora a mobilidade social entre os dois países tenha sido muito próxima. Comparando estes resultados com aqueles encontrados por Andersen (2001), observa-se que houve uma reversão das posições destes dois países no *ranking* da mobilidade social. Entre 1997 e 2003, o Brasil ganhou mobilidade, pois o índice aumentou em, aproximadamente, 7,5%, enquanto, no Peru, houve uma queda de 5,6% no índice de mobilidade social. Em que pese este resultado para a análise do avanço ou retração da mobilidade social no Brasil e Peru, é preciso considerar que parte desse resultado pode ter sido consequência de diferenças nas especificações dos modelos estatísticos ou da utilização de grupos etários distintos. Entretanto, no caso peruano, esses resultados poderiam ser esperados, já que a escolaridade dos pais tem deixado de ser um fator importante na mobilidade social dos adolescentes.

Um outro resultado interessante que merece destaque é a diferença entre a mobilidade social por sexo no Brasil e Peru. No Brasil, as mulheres possuem uma mobilidade social superior à dos homens, enquanto, no Peru, esta relação é inversa. Deve-se considerar aqui que o Brasil é um dos poucos países da América Latina em que, ao longo dos últimos anos, ocorreu a reversão da escolaridade em favor das mulheres. A escolaridade média das mulheres ultrapassou a escolaridade média dos homens, fato que não foi observado no Peru.

Por fim, tem-se que a mobilidade social nas áreas rurais é superior àquela existente nas áreas urbanas no Brasil. Isto significa que, nas áreas rurais, os fatores relacionados ao *background* familiar têm uma importância maior na definição dos resultados educacionais dos adolescentes. No Peru, ao contrário do Brasil, a mobilidade é maior entre as pessoas residentes em áreas urbanas.

Referências bibliográficas

- Andersen, L. (2001). *Social Mobility in Latin America: links with adolescent schooling*. Universidad Católica Boliviana.
- Fields, G.S. (1996). *Regression-Based Decompositions: a new tool for managerial decision-making*. Working Paper, Department of Labor Economics, Cornell University.
- Pastore, J. e Valle Silva, N. (2004). *Notas sobre a mobilidade social no Brasil*. Seminário Especial, Mini-Fórum em homenagem aos 40 anos do IPEA, Rio de Janeiro, Estudos e Pesquisas nº 84.
- Galvez J. y Llontop. P. (2000) *Movilidad Social y oportunidad Demográfica 1994-1997* Instituto Cuanto "Pobreza y Economía Social". Lima Agosto.